

## Os genocídios/epistemicídios de grupos minoritários reportados na imprensa brasileira: um retrato a partir de dados de 2021<sup>1</sup>

Monica MARTINEZ<sup>2</sup>

João Paulo de Carvalho dos Reis e CUNHA<sup>3</sup>  
Universidade de Sorocaba, São Paulo, SP

### RESUMO

Este trabalho visa a investigar se os epistemicídios contra negros, indígenas, mulheres e LGBTQIA+, definidos por Grosfoguel (2016), são representados na imprensa diária brasileira. Para tanto, fornecemos um panorama histórico dos epistemicídios, seguido por um levantamento de matérias jornalísticas sobre violências contra esses grupos, publicadas entre junho e julho de 2022, buscando identificar se esse tema está presente. Concluímos que tais matérias representam os epistemicídios de forma direta apenas quando abordam o papel dos grupos minoritários na produção de conhecimentos, mesmo que não citem o termo. Defendemos, enfim, que o jornalismo e a pesquisa acadêmica atuem em comunhão sobre este tema, uma vez que a segunda pode fornecer uma perspectiva histórica e teórica que possibilitaria leituras mais complexas sobre as violências do cotidiano registradas pelos veículos jornalísticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** epistemicídio; grupos minoritários; pesquisas sobre epistemicídio; jornalismo diário.

### 1. Introdução

Levantamento recente (MARTINEZ; CUNHA, 2022), feito com base no Portal de Periódicos da Capes, sugere que os principais grupos sociais abordados nas pesquisas acadêmicas sobre o tema dos epistemicídios, dentre as selecionadas para o *corpus* desse levantamento, são negros (40%), mulheres e LGBTQIA+ (20%) e indígenas (10%). Isso corrobora a proposta de Grosfoguel (2016) de que se tratam dos grupos e etnias mais perseguidos e oprimidos através de genocídios/epistemicídios durante a expansão global europeia durante o século XVI, e que ainda são os que mais sofrem nos dias de hoje com violências físicas, simbólicas e epistemológicas. Isso se reflete na produção científica no período 2017-2021 sobre o termo, identificada nesse estudo anterior. Ainda que artigos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (Uniso), e-mail: [monica.martinez@prof.uniso.br](mailto:monica.martinez@prof.uniso.br).

<sup>3</sup> Doutorando em Comunicação e Cultura (Uniso), e-mail: [joaoprcr@gmail.com](mailto:joaoprcr@gmail.com).

---

sobre epistemicídios contra povos indígenas tenham sido a minoria (apenas 10%), esse número provavelmente aumentará em futuros levantamentos sobre o tema, devido aos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, no Amazonas, em junho de 2022, que viraram manchete no mundo todo e que se somam a diversos outros casos de violência contra esses povos.

Após essa primeira pesquisa feita a partir de artigos em periódicos científicos, temos como objetivo para o presente trabalho investigar em que medida estariam estes epistemicídios sendo retratados pelos meios de comunicação, em particular pelos veículos jornalísticos? Estariam as análises desses dados e estas matérias jornalísticas embasadas nesta noção mais profunda de epistemicídio, que é a proposta por Grosfoguel (2016)?

Para responder a estas questões, fizemos um levantamento de matérias jornalísticas para observarmos a dimensão destes reflexos que se manifestam não apenas na violência física, mas também em termos de epistemicídios. Adotamos como critério de seleção para este trabalho a atualidade das informações, pesquisando, através do buscador Google, os termos "violência contra negros", "violência contra mulheres" e "violência contra indígenas" – os mesmos grupos vítimas de genocídios/epistemicídios discutidos por Grosfoguel (2016). Outras buscas foram realizadas com termos específicos, como “universidades no Brasil”, acompanhados dos grupos citados (“negros”, “indígenas”, “mulheres” e “LGBTQIA+”), a fim de identificarmos como o papel desses grupos na produção de conhecimentos é noticiado pela imprensa brasileira. Os resultados selecionados foram as postagens mais recentes feitas por veículos jornalísticos, relacionadas a esses termos de busca, entre os meses de junho e julho de 2022. Contudo, as matérias ainda repercutem, em geral, estatísticas de 2021, pois, salvos acontecimentos factuais, apoiam-se em dados divulgados por órgãos e institutos de pesquisa que trabalham com anos completos, podendo assim comparar a evolução dos números em relação aos anos anteriores.

A importância deste trabalho advém, portanto, de identificar se em meio ao fazer jornalístico diário, tais matérias repercutem não só a marginalização social e as situações de violência física contra grupos minoritários, mas também as contextualizam em estruturas sociais e históricas, as quais embasam as condições de exclusão e silenciamento das vozes e formas de produzir conhecimento desses grupos, lançando-os também à marginalização simbólica e epistemológica.

---

Antes de seguirmos com a pesquisa por matérias sobre a violência contra os grupos citados, vejamos brevemente como se iniciaram e desenvolveram os epistemicídios modernos a partir do século XVI, de acordo com Grosfoguel (2016).

## **2. Os genocídios/epistemicídios contra povos dominados no século XVI**

Grosfoguel (2016) discute os epistemicídios como uma forma de silenciamento ou apagamento (normalmente de forma opressiva e violenta) de formas de produção de conhecimento oriundas de povos e grupos sociais não ocidentalizados ou não hegemônicos. Esses epistemicídios tiveram seu fundamento no conceito desenvolvido por Descartes de objetividade do conhecimento, que seria produzido por um sujeito (um “Eu”, implícito na sua máxima “Penso, logo existo”) cuja mente e corpo corresponderiam a substâncias diferentes. Dessa forma, a mente estaria liberta para produzir conhecimento de forma isolada, independente e, por estar desvinculada da materialidade do corpo, sem relações dialógicas com outras pessoas e de forma não localizável no tempo e no espaço. O conhecimento atingiria, dessa forma, seu caráter universal e sua forma de produção, horizontalmente aplicável a todos os povos e grupos sociais.

A partir da expansão marítima europeia iniciada no século XV, em que os países europeus conquistaram territórios em continentes ao redor do mundo e impuseram sua “superioridade” por meios bélicos e violentos, os epistemicídios ocorreram a partir dos genocídios cometidos por esses homens ocidentais com o intuito de impor seu monopólio da produção de conhecimento, segundo projetos de dominação imperiais/coloniais/patriarcais. Dessa forma, segundo Grosfoguel (2016), quatro genocídios/epistemicídios foram cometidos a partir desse século: a perseguição e expulsão (genocídio físico) ou conversão forçada ao cristianismo (epistemicídio cultural) de muçulmanos e judeus, durante a conquista de Al-Andaluz, na Espanha; a catequização impositiva (conforme o discurso racista de “primitivos a serem civilizados”), além da coerção a diversas formas de trabalho forçado, dos povos indígenas e originários durante a conquista da América e da Ásia; a escravização dos negros africanos, por terem sido considerados em julgamentos religiosos e pelo discurso biológico racista da época como “seres sem alma” ou “abaixo da biologia humana”; e o genocídio/epistemicídio de mulheres que transmitiam conhecimentos e práticas xamânicas ancestrais na Europa, consideradas bruxas e queimadas na fogueira, principalmente por seu papel de liderança

---

em suas comunidades que se opunha à implantação do patriarcado centrado na cristandade.

Consequentemente, esses homens, em geral de apenas cinco países dominantes do sistema capitalista global (França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos e Itália), detiveram ao longo dos últimos séculos o privilégio epistêmico de definir o que é a verdade e o que é a realidade, impondo-o aos demais. Por conseguinte, geraram estruturas e instituições que produzem e reforçam o racismo/sexismo epistêmico, ao mesmo tempo em que, segundo Grosfoguel (2016), calam vozes e formas de produção de conhecimento críticas aos seus projetos imperiais/coloniais/patriarcais.

Isso demonstra, portanto, como as estruturas de dominação erigidas historicamente sobre o extermínio desses sujeitos, assim como o sufocamento epistemológico de suas formas de conhecimento, deixaram reflexos duradouros nos povos dominados ao redor do mundo, no qual a sociedade brasileira se vê incluída ainda nos dias de hoje: três dos quatro grupos sociais que foram as principais vítimas dos epistemicídios/genocídios cometidos contra sujeitos e povos não ocidentalizados (negros, indígenas e mulheres), de acordo com Grosfoguel (2016), ainda são os que mais engrossam as estatísticas de violência no país.

O silenciamento desses grupos não hegemônicos está intimamente atrelado à sua condição de desigualdade e exclusão social, relegando-os à situação de subalternidade que os expõe às mais diversas formas de violência. Veremos a seguir, a partir das matérias jornalísticas destacadas, a dimensão dessas violências conforme noticiadas por esses veículos, iniciando com o grupo identificado em estudos como o mais suscetível a ser vítima de violência: os negros e afro-descendentes.

### **3. Violência contra negros e culturas de origem africana**

Segundo o Instituto Fogo Cruzado, houve um aumento de 50% de mortos em chacinas de 2020 para 2021, somente na região metropolitana do Rio de Janeiro. Também nessa mesma região e período, 17% a mais de pessoas baleadas, 21% a mais de mortos e 13% a mais de feridos (ALBUQUERQUE, 2022a). Essas chacinas ocorrem frequentemente em áreas periféricas e favelas, onde muitos dos habitantes fazem parte dos grupos sociais historicamente vítimas dos genocídios/epistemicídios (segundo

---

Velasco, Feitosa Jr. e Grandin (2022), 81,5% das vítimas de ações policiais cuja raça foi informada são negras, em dados de 2021).

Somam-se a essas estatísticas os dados de 2021 divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP): 76,2% das pessoas assassinadas em 2020 eram negras, uma chance 2,6 vezes maior de ser vítima desse crime do que um não negro (FBSP, 2021). De acordo com o mesmo levantamento, os policiais negros também foram as principais vítimas de assassinato: 62,7%.

Ainda segundo o FBSP, durante o primeiro ano da pandemia (maio/2020 a abril/2021), a violência contra pessoas negras foi engrossada pelos indicadores de violência de gênero: 61,8% das vítimas de feminicídio nesse período eram negras, sendo também as que mais sofreram algum tipo de violência (28,3%). Além disso, as mulheres negras foram as que mais sofreram com as consequências econômicas da pandemia: 41,5% perderam o emprego, e 57% tiveram sua renda familiar diminuída (FBSP, 2021).

Em matéria sobre os dados divulgados pelo 16º. Anuário Brasileiro de Segurança Pública, lançado pelo FBSP em 28 de junho de 2022 (FBSP, 2022a), Albuquerque (2022b) reforça as estatísticas divulgadas anteriormente, mas também complementa com a opinião da defensora pública do Rio de Janeiro, Lívia Casseres, que afirma que a violência racial é um problema que não foi devidamente enfrentado pelo Estado, demonstrando seu caráter estrutural e a necessidade de medidas efetivas para combatê-la. Além disso, Dennis Pacheco, pesquisador do FBSP (*apud* ALBUQUERQUE, 2022b), explica que há carência de dados para se elaborar políticas públicas mais eficientes: vários estados não divulgam registros de injúria racial ou racismo. Segundo esse mesmo pesquisador, há no Brasil uma tradição histórica de se entender a pobreza de forma homogênea entre os grupos sociais, não observando as vulnerabilidades particulares de cada um, incluindo as ligadas à cor. Nesse sentido, defende a criação de políticas públicas voltadas especificamente aos negros a fim de combater de maneira focada as desigualdades.

Os números da violência física contra negros prenunciam a situação de estarem à margem também nos meios acadêmicos e de produção de conhecimento: mesmo compondo a maioria da população brasileira (segundo Censo de 2010, 7,52% se declaram negros e 43,42%, pardos, totalizando 50,94% de negros e descendentes) (COMPOSIÇÃO..., 2022), apenas 2,7% são negros e 12,7% são pardos entre os alunos de pós-graduação, a partir de levantamento feito na Plataforma Lattes em junho de 2020

---

pela Liga de Ciência Preta Brasileira (*apud* HANZEN, 2021). Além disso, segundo a Fapesp, “dos 80.115 doutores e mestres formados em 2020, 9.909 são pardos e 2.746 pretos” (HANZEN, 2021), explicitando o epistemicídio em curso amparado por uma estrutura de exclusão deste grupo étnico.

A sociedade patriarcal ocidental também coloca em condição periférica ou subalterna os indivíduos diversos do cisgênero masculino, o que engloba mulheres e LGBTQIA+. Estes últimos encontram-se em uma situação ainda mais fragilizada (MARTINEZ; AGUIAR; SILVA, 2018), não só pelo preconceito, mas também por conta da escassez de dados sobre violência contra este grupo, conforme explicitaremos a seguir.

#### **4. Violência relacionada a gênero (mulheres e LGBTQIA+)**

Segundo o Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ (*apud* SOUZA, 2022), 316 mortes de pessoas dessa comunidade, resultantes de violência, foram registradas em 2021. Já as mulheres vítimas de feminicídio, nesse mesmo ano, totalizaram 1.319 casos – um pequeno recuo de 32 casos (2,4%) em relação a 2020, mas ainda insuficiente para tornar o número menos alarmante (FBSP, 2022b).

A quantidade de estupros e estupro de vulneráveis somente do gênero feminino, contudo, seguiu tendência inversa: teve um aumento de 3,7% em 2021 comparado ao ano anterior, totalizando 56.098 boletins de ocorrência registrados desse tipo de crime (FBSP, 2022b). Em se tratando de estupros de LGBTQIA+, o aumento foi de 88,4% no mesmo período, acompanhado por altas de 35% em lesões corporais e 7% em assassinatos, de acordo com o mesmo anuário do FBSP lançado em junho de 2022 (*apud* MOREIRA, 2022).

Os dados sobre a violência contra a população LGBTQIA+ são ainda mais deficientes do que os fornecidos pelos estados sobre racismo e injúria racial: segundo Dennis Pacheco, do FBSP (*apud* MOREIRA, 2022), muitos estados simplesmente não possuem tais informações por fazerem um monitoramento pouco efetivo dessas ocorrências. Isso leva a possíveis distorções nas estatísticas, que podem representar não um aumento real de casos, mas um aumento de casos que são relatados às autoridades, à medida que o debate público sobre as condições dessas pessoas se intensifica e os próprios indivíduos se sentem mais confiantes em fazer as denúncias.

---

Como dado positivo, no que diz respeito ao acesso à educação, ao longo das últimas décadas aumentou a escolaridade das mulheres em nível superior, chegando a superar os homens, segundo o IBGE (*apud* CARNEIRO; SARAIVA, 2021). Em carreiras relacionadas à saúde e bem-estar, ciências sociais e comportamentais e educação, superam de maneira expressiva a participação masculina. Porém, ainda são em menor número na docência em universidades, e são franca minoria em outras carreiras como computação, tecnologia da informação, engenharia e profissões correlatas.

Ainda que as mulheres tenham conquistado cada vez mais espaços em variadas profissões no mercado de trabalho, observa-se uma resistência à maior participação e representatividade feminina em muitas posições: apenas 37,4%, dos cargos de chefia são ocupados por mulheres. Nos cargos públicos, a sub-representação é ainda mais gritante: apenas 14,2% das cadeiras da câmara dos deputados são ocupadas por mulheres, o que coloca o Brasil como o país da América Latina com o menor número de parlamentares do sexo feminino, ocupando também a 142ª posição em uma lista de 190 países nesse quesito (CARNEIRO; SARAIVA, 2021).

Vemos, portanto, que ainda há uma carência de diversidade de vozes de outros gêneros em vários cargos e posições da sociedade, ainda dominados por uma estrutura patriarcal, assim como também ocorre com as populações negras e indígenas, conforme relatados nas matérias jornalísticas que abordamos.

## **5. Violência contra povos indígenas e originários**

Assim como a violência contra os negros, o genocídio dos povos indígenas também apresentou um aumento durante o primeiro ano da pandemia (2020): 182 indígenas foram assassinados no país, contra 113 em 2019, um aumento de 63%, segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) relatados por Assis (2021), o maior em 25 anos. A esse número, somam-se tristemente mais 110 casos de suicídios, também em 2020.

Esses povos ainda sofrem particularmente de outro tipo de violência: a invasão de seus territórios. Nesse mesmo ano, houve 263, contra 256 em 2019 e 111 em 2018: uma escalada alarmante de 137% nos números em apenas dois anos (ASSIS, 2021).

Somado a essas violências de origens históricas contra os indígenas, o epistemicídio também revela seus reflexos na atualidade: representando apenas 0,42% da



---

população brasileira, de acordo com o Censo 2010 (COMPOSIÇÃO..., 2022), menos de 0,5% dos alunos de pós-graduação também são indígenas (HANZEN, 2021), indicando a baixa presença dessa etnia nos meios acadêmicos e a conseqüente marginalização de sua cosmovisão e formas próprias de produção de conhecimento em relação ao sistema educacional monocultural hegemônico.

### **Considerações finais**

Retomando as perguntas norteadoras deste trabalho, estariam estes epistemicídios, como mostra o estudo, sendo retratados pelos meios de comunicação e, em particular, pelos veículos jornalísticos? Sim, mais claramente à medida que o assunto principal da matéria refere-se à participação dos grupos minoritários na produção de conhecimentos, em meio às estruturas acadêmicas forjadas pelo sistema hegemônico. Vemos esta abordagem em particular em Hanzen (2021) e Carneiro e Saraiva (2021).

Por outro lado, estariam estas matérias embasadas nesta noção mais profunda de epistemicídio, que é a proposta por Grosfoguel (2016)? Nenhuma cita este autor nem o termo epistemicídio, sugerindo que os jornais e portais de notícias estão mais preocupados, pelo menos nestas matérias, em informar rapidamente dados recentemente divulgados por organizações, que se constituem um importante valor-notícia para publicação (SILVA, 2014). Não há nível de problematização nestas matérias de se buscar explicações mais complexas destas questões.

Vale ressaltar, inclusive, que muitas das fontes de dados utilizadas por essas matérias trabalham com recortes temporais bastante restritos, em geral de apenas um ou dois anos – o que, para fins estatísticos, é interessante por destacar de forma bastante evidente a evolução dos números nos temas pesquisados. Porém, as estatísticas pouco explicam sobre o contexto social, político e econômico a que se referem, se tomadas isoladamente. Muito menos apresentam o aspecto humano por trás dos números. Em uma perspectiva mais ampla, esses recortes temporais tornam-se ainda mais limitados para elucidar os processos históricos que permeiam e são pano de fundo para as estatísticas (os anuários do FBSP, atualmente em sua 16ª edição (FBSP, 2022a), remontam apenas ao ano de 2004 desde sua primeira edição<sup>4</sup>, o que nem de longe abarca a complexidade dos

---

<sup>4</sup> Todos os Anuários Brasileiros de Segurança Pública, editados pelo FBSP, podem ser acessados em <https://forumseguranca.org.br/anoario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 04 jul. 2022.



---

genocídios/epistemicídios iniciados no século XVI, conforme discute Grosfoguel (2016), e cujas consequências se fazem sentir ainda hoje).

Nesse sentido, o trabalho jornalístico de repercutir as estatísticas divulgadas pelas organizações e institutos de pesquisa, transformando-as não só em notícia, mas também inserindo-as no contexto da atualidade e de seus reflexos no dia a dia, pode se valorizar de maneira significativa da comunhão entre pesquisa e jornalismo. Tal como discutimos em trabalho anterior (MARTINEZ; CUNHA, 2022), as pesquisas acadêmicas sobre os epistemicídios permitem explorar múltiplas nuances e vieses sobre o tema, abordando-o desde sua perspectiva histórica e desdobramentos na atualidade, até formas muito específicas de como os epistemicídios ocorrem dentro de comunidades distantes dos grandes centros e em diversos grupos sociais periféricos. Esse diálogo entre a pesquisa acadêmica e o jornalismo diário poderia, dessa forma, tornar mais compreensível o complexo mundo contemporâneo.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, A. L. Mortes em chacinas crescem 50% em um ano na região metropolitana do Rio. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 de janeiro de 2022a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/01/mortes-em-chacinas-crescem-50-em-um-ano-na-regiao-metropolitana-do-rio.shtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

ALBUQUERQUE, A. L. Negros são a maioria das vítimas de crimes violentos no Brasil, mostra levantamento. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 de julho de 2022b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/07/negros-sao-a-maioria-das-vitimas-de-crimes-violentos-no-brasil-mostra-levantamento.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2022.

ASSIS, R. Violência contra indígenas: aumento de assassinatos, invasões de terras e violações de direitos durante pandemia são denunciados pelo Cimi. **G1**, [s. l.], 28 de outubro de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/10/28/violencia-contra-indigenas-aumento-de-assassinatos-invasoes-de-terras-e-violacoes-de-direitos-durante-pandemia-sao-denunciados-pelo-cimi.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

CARNEIRO, L; SARAIVA, A. IBGE: Mulheres têm mais acesso ao ensino superior, mas ainda são minoria em áreas como engenharia e TI. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 04 de março de 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/03/04/ibge-mulheres-tem-mais-acesso-ao-ensino-superior-mas-ainda-sao-minoria-em-areas-como-engenharia-e-ti.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.

---

COMPOSIÇÃO étnica do Brasil. *In*: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Composi%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A9tnica\\_do\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Composi%C3%A7%C3%A3o_%C3%A9tnica_do_Brasil). Acesso em: 17 jun. 2022.

FBSP. **16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2022a. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

FBSP. **A violência contra pessoas negras no Brasil 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2021/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/a-violencia-contra-pessoas-negras-no-brasil-2021/). Acesso em: 17 jun. 2022.

FBSP. **Violência contra mulheres em 2021**. São Paulo: FBSP, 2022b. Disponível em: [https://forumseguranca.org.br/publicacoes\\_posts/violencia-contra-mulheres-em-2021/](https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-contra-mulheres-em-2021/). Acesso em: 17 jun. 2022.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 05 jun. 2022.

HANZEN, E. Mesmo sendo maioria na população brasileira, negros ainda têm baixa representatividade no meio acadêmico. **Jornal da Universidade**, Porto Alegre, 18 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/mesmo-sendo-maioria-na-populacao-brasileira-negros-ainda-tem-baixa-representatividade-no-meio-academico/>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MARTINEZ, M.; AGUIAR, L.; SILVA, M. P. DA. **Desigualdades, relações de gênero e estudos de Jornalismo**. São Paulo: Intercom, 2018.

MARTINEZ, M.; CUNHA, J. P. C. R. Epistemicídios de grupos minoritários no Brasil: um levantamento de pesquisas sobre o tema no período de 2017 a 2021. *In*: EPECOM, 16, 2022, Sorocaba. **Anais [...]**. Sorocaba: Uniso, 2022. Tema: Mídia e violência.

MARTINS, T. Assassinatos de indígenas aumentaram mais de 60% na pandemia, aponta relatório. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/10/4959066-assassinatos-de-indigenas-aumentaram-mais-de-60-na-pandemia-aponta-relatorio.html>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MOREIRA, M. Com dados escassos, estupros de LGBT+ aumentam 88% em um ano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 de junho de 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/06/com-dados-escassos-estupros-de-lgbt-aumentam-88-em-um-ano.shtml>. Acesso em: 04 jul. 2022.

---

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. *In*: SILVA, G.; SILVA, M. P. DA; FERNANDES, M. L. (Org.). **Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 51-69.

SOUZA, R. Quase 320 pessoas LGBTI+ morreram por causas violentas no Brasil em 2021, diz entidade. **CNN Brasil**, São Paulo, 17 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/quase-320-pessoas-lgbti-morreram-no-brasil-em-2021-diz-entidade/>. Acesso em 17 jun. 2022.

VELASCO, C.; FEITOSA JR., A.; GRANDIN, F. 11 estados não divulgam dados completos de raça de mortos pela polícia; números disponíveis mostram que mais de 80% das vítimas são negras. **G1**, [s. l.], 04 de maio de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2022/05/04/11-estados-nao-divulgam-dados-completos-de-raca-de-mortos-pela-policia-numeros-disponiveis-mostram-que-mais-de-80percent-das-vitimas-sao-negras.ghtml>. Acesso em: 17 jun. 2022.